

CORREIO ECONÔMICO

Divulgação Casa do Empreendedor



MEIs com débitos têm uma semana para se regularizar

Dívidas de MEIs devem ser pagas até o próximo dia 31

Atenção MEIs! Aquelas micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais (MEI) que ainda não regularizaram suas dívidas com o Simples Nacional (regime tributário especial para pequenos negócios), terão de fazê-lo até o próximo dia 31 (quinta-feira), caso contrário, serão excluídas do regime, com validade a partir de 1º de janeiro.

Contestação

Considerando a hipótese de uma empresa ou MEI discordar da dívida da Receita e quiser contestar o Termo de Exclusão, terá de direcionar a contestação ao Delegado de Julgamento da Receita Federal, protocolada na Internet, conforme orientado no site do órgão.

Enquadramento

A Receita avalia, periodicamente, se as empresas cumprem as condições de enquadramento no Simples Nacional. Se elas estão irregulares, o Fisco envia cartas com o aviso de exclusão. Aquelas que não regularizaram pendências podem pedir orientações ao Sebrae.

Divulgação Sincopeças



Indicadores de consumo pesaram na revisão do Fundo

FMI projeta avanço de 3% do PIB brasileiro em 2024

Maior revisão entre as principais economias, o FMI (Fundo Monetário Nacional) elevou, de 2,1% para julho, para 3% agora, a projeção de crescimento da economia nacional, mas baixou de 2,4% para 2,2% para 2025. Ao mesmo tempo, o organismo reduziu para 4,8% a projeção econômica da China e subiu para 2,8%, dos

EUA. A poderosa Alemanha ficou estagnada. Os novos dados integram a nova versão do relatório do Fundo, o "World Economic Outlook", que traça um panorama da economia global – na semana em que a instituição recebe autoridades de finanças de seus países-membros, em Washington (EUA).

Consumo privado

O relatório do FMI explica que a melhoria da previsão tupiniquim decorre do aquecimento do consumo privado, pelo avanço dos investimentos no primeiro semestre (1S24), à maior criação de empregos e à transferência de renda por meio de programas sociais.

Nona emissão

O conselho de administração da B3 (B3SA3) aprovou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$ 1,70 bilhão. Com prazo de seis anos, tais papéis serão amortizados em duas parcelas iguais.

Ressalvas

No campo das ressalvas, para o Fundo a necessidade de manter os juros elevados, para conter a inflação é que determina a expectativa de um crescimento menor em 2025, quando o aperto monetário poderá 'esfriar' a atual dinâmica do mercado de trabalho.

Reforço de caixa

Em nota, a B3 decidiu 'reforçar sua posição de caixa' com recursos da emissão de debêntures, por conta do cenário positivo para captação de recursos no mercado de renda fixa local. Sua projeção de nível de endividamento em 2024 registrou alta, de 2 vezes para 2,3 vezes.

Expansão fiscal condena o avanço da economia em 2025

Para a economista Camila Abdelmalack, BC vai manter elevada a Selic

Câmara dos Deputados

Por Marcello Sigwalt

Não fosse a política fiscal expansionista (leia-se, descontrolado de despesas federais), o Brasil poderia estar 'surfando' em ondas mais altas (de crescimento econômico), mediante a retomada do ciclo de corte dos juros básicos (Selic), atualmente no patamar de 10,75% ao ano, enquanto outras economias emergentes estão reduzindo suas taxas.

É o que avalia a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack, para quem a política de incentivos fiscais do Planalto vem 'patrocinando' o avanço da economia e a redução do desemprego, mas a um custo muito alto. Para ela, a fatura (custo econômico e social) não tarda, pois já deve chegar já em 2025.

Na 'ponta do lápis', enquanto projeta um avanço de 3% do PIB este ano, Camila prevê que este não deverá passar de 1,70% no próximo, em alinhamento à estimativa do boletim Focus, de 3,05% e 1,93%, para 2024



Expansão fiscal é principal fator de entrave ao corte dos juros básicos da economia (Selic)

e 2025, respectivamente. Segundo a economista-chefe da Veedha, o 'tombo' da atividade no ano que vem decorre da necessidade de o Banco Central (BC) elevar a Selic, mesmo que o Fed (Federal Reserve, o bc ianque) aplica cortes nos juros daquele país.

A executiva explica que o

aumento dos juros é uma premissa para o combate da inflação, devido à injeção de dinheiro público na economia.

Camila prevê que o BC aplicará duas altas de meio ponto percentual à Selic, em novembro e dezembro, e outra, de mesma 'dosagem', em janeiro próximo, levando a taxa a

12,25% ao ano.

Devido ao trio expansão fiscal-Selic alta-avanço do crédito, a economista espera 'esfriamento da economia' em 2025, com direito à elevação da inadimplência. Para ela, tal expansão tem servido para evitar a escalada inflacionária, sem convergência à meta.

BC: corte da Selic demanda medidas

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nessa segunda-feira (21) que a adoção de medidas fiscais pelo governo é importante para que a autoridade monetária consiga baixar juros, destacando que é difícil atingir a meta de inflação quando há uma desancoragem das expectativas para as contas públicas.

Em evento da Investment Association, em São Paulo, Campos Neto voltou a di-

zer que pessoas questionam a transparência das contas públicas e que uma percepção de choque fiscal pode gerar impacto positivo sobre as avaliações de mercado.

"Acabei de ler as notícias, não sei se era oficial ou não, mas estavam falando sobre reforma administrativa, havia uma expectativa de que depois das eleições nós veríamos algumas medidas. Isso é muito importante para nós, no Banco Cen-

tral, baixemos as taxas de forma sustentável", disse.

"Nossa missão é atingir a meta de inflação, e é muito difícil fazer isso quando há uma percepção de que o fiscal não está ancorado", prosseguiu.

O governo pretende conter gastos obrigatórios após o 2º turno das eleições municipais, no fim deste mês, buscando uma sustentação do arcabouço fiscal e uma estabilização da dívida pública.

No evento, Campos Neto afirmou que a inflação no Brasil vinha em processo de convergência à meta, mas estagnou recentemente, ressaltando que o BC estará muito atento aos próximos dados de preços no país.

Segundo ele, o BC observa "grande desancoragem" das expectativas de mercado para a inflação e é preciso ter certeza de que a variação dos preços caminhará para a meta de 3%.

Bolsa amarga quarta queda seguida

Divulgação Brasil Paralelo



Bolsa brasileira não consegue sustentar 130 mil pontos

Com dólar e curva do DI em alta, o Ibovespa emendou a quarta perda diária, tendo confirmado, no ajuste final, recuo ao nível de 129 mil pontos pela terceira vez no mês, como em 9 e 11 de outubro, convergindo a patamares do começo de agosto. Nessa terça-feira (22), o índice oscilou entre mínima de 129.094,35 e máxima de 130.345,51 pontos, correspondente ao nível de abertura. No fechamento, mostrava perda de 0,31%, aos 129.951,37 pontos, com giro a R\$ 18,2 bilhões. Na semana, cai 0,42% e, no mês, cede 1,41%, colocando a perda no ano a 3,16%.

As principais ações do Ibovespa encerraram a sessão em campo negativo, entre as quais Petrobras (ON -0,48%, PN -0,39%), mas algumas melhoraram do meio para o fim da tarde, como Itaú (PN +0,17%) e Vale (ON +0,13%). Entre os grandes bancos, o ajuste foi a

1% em alguns nomes, como BB (ON -1,20%) e Santander (Unit -1,05%). Na ponta perdedora, Azul (-5,70%), Ettec (-4,21%) e MRV (-3,91%). No lado oposto, Hypera (+7,45%), Vamos (+2,98%) e Pão de Açúcar (+2,55%).

"Hypera se valorizou hoje

diante da possibilidade de fusão com a EMS – empresa não listada em bolsa -, anunciada ontem e que causou forte volatilidade para suas ações, negociadas entre alta e queda de 15% no intradia conforme os investidores assimilavam as novas perspectivas para a com-

panhia", aponta Felipe Castro, sócio da Matriz Capital.

No quadro mais amplo, "quando se olha o valuation da Bolsa, ainda está muito barata, mas a curva de juros mostra abertura que reflete a preocupação quanto ao fiscal. A melhora da nota de crédito do Brasil pela Moody's não foi ideia que o mercado 'comprou', e desde então tem se mantido dissonante, com a percepção de que se o governo vier a fazer um ajuste de rota quanto à situação fiscal, deixará para os 45 do segundo tempo para resolver", diz Daniel Utsch, gestor de renda variável da Nero Capital.

Para além do cenário doméstico, fatores externos, como a proximidade de uma eleição americana de resultado incerto, os desdobramentos geopolíticos no Oriente Médio também explicam o baixo apetite por risco em emergentes como o Brasil.

Taxas de juros futuros ficam estáveis

Os juros futuros fecharam a terça-feira com taxas perto da estabilidade, operando sob volatilidade no período da tarde, após o sinal de queda moderada prevalecer ao longo da manhã. O aumento da cautela coincidiu com a migração dos rendimentos dos Treasuries de queda para estabilidade, também na segunda etapa. Sem agenda ou noticiário relevantes, o mercado de juros não teve motivação para esticar o movimento de

correção em baixa de ontem, dado o cenário fiscal preocupante, mas por outro lado, os prêmios são considerados muito esticados, desencorajando apostas de deterioração adicional do cenário.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 fechou em 12,69%, de 12,68% ontem mo ajuste, e a do DI para janeiro de 2027 ficou estável em 12,85%. O DI para janeiro de 2029 en-

cerrou com taxa de 12,85%, de 12,89% ontem.

O alívio nos Treasuries e a arrecadação de setembro acima do esperado deram fôlego para o mercado continuar corrigindo excessos, mas no fim da primeira etapa houve maior volatilidade na curva americana, o que acabou contaminando os negócios por aqui. "O mercado hoje andou de lado, sem querer tomar direção firme, com os Treasuries no ramerrame, e

apesar do mercado global forte de commodities", avaliou economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

Preços do petróleo e grãos estiveram em alta nesta terça, mas a curva de juros resistiu ao contágio. "O ambiente global hoje foi mais inflacionário, mas esse DI para janeiro de 2026 em 12,69% já indica uma precificação de Selic compatível para combater a inflação", disse Sanchez.